

Estudo Técnico Preliminar 54/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.015299/2022-46

2. Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades informadas no Documento de Formalização da Demanda (DFD) - Documento SEI (**nº 10800647**), utilizando como parâmetro os contratos anteriormente firmados pelas Superintendências Regionais do Instituto Nacional do Seguro Social, com objetivo de contratar serviços comuns de telefonia fixa comutada (STFC) nas modalidades local, longa distância nacional e internacional, para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM), considerando tratar-se de serviços contínuos, que não podem sofrer descontinuidade, sob pena de prejudicar a missão institucional da Autarquia, que é a prestação dos serviços previdenciários à população.

3. Objeto

Contratação de serviços de telefonia fixa comutado local (STFC-Local), de longa distância nacional (STFC-LDN) e internacional (STFC-LDI) para as chamadas originadas a partir de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados em unidades do INSS vinculadas às Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III.

4. Descrição da necessidade

Os serviços de STFC são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais e funcionamento das unidades do INSS e por sua natureza devem ser continuamente contratados, não podendo ocorrer descontinuidade, sob pena de prejudicar perfeito funcionamento desta autarquia, uma vez que há diversos atendimentos ao público por este meio, assim como trocas de informações entre unidades, empresas terceirizadas, e assegurados do INSS, ou seja, inúmeras informações necessárias trafegam para atingir a missão institucional e objetivo da Administração Pública.

O Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) é um serviço auxiliar necessário à Administração para o desempenho de suas atividades.

A contratação dos serviços de telefonia tem por escopo assegurar o desempenho das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir tal objetivo a Administração Pública busca, de forma racional, obter melhor emprego de seus recursos visando atingir a eficiência e eficácia de suas ações.

O sistema de telefonia do INSS é implementado com tecnologia de PABX Alcatel Omni PCX Enterprise (tecnologia robusta e econômica, já adquirida e implantada pela instituição). A única solução técnica possível é a contratação de entroncamentos digitais E1 (TDM) para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI). Portanto, a escolha do modelo de contratação também é baseada em investimentos institucionais anteriormente feitos em PABX de alta performance.

A solução existente para a prestação desse serviço no âmbito do INSS, consiste na utilização de Entroncamentos Digitais E1 (TDM), cujas plantas da infraestrutura e faixas de numeração DDR já se encontram consolidadas com PABX instalados e em pleno funcionamento nas unidades atendidas pelo serviço.

O modelo de Contratação já é praticado ao longo dos últimos anos pela administração pública Federal em órgãos que possuem PABX com grande fluxo de ligações externas no Sistema de Telefonia Fixo Comutado (STFC) e analisando o painel de preços governamentais é o mesmo modelo adotado pelos órgãos da esfera do governo.

A contratação pretendida é necessária pelo encerramento dos Contratos vigentes e pela adequação dos serviços de telecomunicações, face a nova realidade orçamentária e números de servidores, pelo crescimento constatado na demanda pelos serviços de voz em sistemas de telecomunicações, pelo ganho em produtividade e eficiência que os serviços de telecomunicações em comento podem proporcionar para o desempenho das atividades exercidas pelos gestores e funcionários da Administração.

É vantajosa para a administração pela relação custo-benefício, haja vista o barateamento das tarifas dos serviços nos planos básicos e alternativos das prestadoras, em virtude da acirrada competição pelo cliente corporativo e ganho em escalada com contratação centralizada. Possibilita a transmissão e recepção de voz a longas distâncias, sem necessidade da presença física entre os participantes das conversas/reuniões;

A contratação está inserida no rol de serviços usualmente contratados por esta instituição, o que permite concluir que os mesmos são de suma importância para o funcionamento da Autarquia, e a ausência destes poderiam implicar negativamente na execução dos serviços prestados pela instituição.

A contratação pretendida deverá estender-se por mais de um exercício, pelo que o mesmo está perfeitamente enquadrado como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993 e Decreto nº 9.507/2018).

O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, § único da Lei 10.520, de 17.07.2002, art. 3º, § 2º do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e Decreto 10.024/2019). Também se enquadra nos pressupostos do Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em

atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Da opção pela terceirização:

A terceirização de serviços pela administração pública federal está devidamente regulamentada pela Lei nº13.429, de 31.03.2017, que estabeleceu regras e condições para a contratação de serviços terceirizados.

A contratação dos serviços de telefonia, visa suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

Os Quadros de Pessoal das Superintendências Regionais beneficiárias da presente contratação não contam com servidores pertencentes à categoria cujos trabalhos compreendem todas as atividades e obrigações com servidores pertencentes à categoria cujos trabalhos compreendem todas as atividades e obrigações descritas neste instrumento.

Observada a necessidade de implantação de forma gradual de licitações centralizadas, conforme diretrizes da presidência do Instituto Nacional do Seguro Social, a contratação será centralizada na Superintendência Regional Sul do INSS.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
INSS/COFL SRSUL	Antônio Marcos Ribeiro
INSS/COFL SE II	Leonardo de Padua Gomes
INSS/COFL SE III	Helio de Oliveira Souza

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação do serviço de telefonia fixa comutada local e de longa distância nacional e internacional, para chamadas originadas em troncos digitais E1 (TDM) deverá atender as diretrizes e normas da Administração Pública, bem como aquelas internas do INSS, em conformidade com as justificativas, especificações técnicas e documentos técnicos administrativos elencados na IN 05/2017 e na IN 40/2020, a saber:

1. Documento de Formalização de Demanda;
2. Estudo Técnico Preliminar em formato digital;
3. Mapa de Gerenciamento de Risco;
4. Termo de Referência técnico de Engenharia: Planilha de Estimativa de Custos, Composição de Custos Unitários, Pesquisa de mercado, Especificações Técnicas e anexos;

5. Edital.

Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos) do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 2 (duas) horas, conforme definido pela Resolução ANATEL nº 605, de 26 de dezembro de 2012, ou mais atual, que aprova o Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RGQ-STFC.

Deverá utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL. Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

Requisitos Legais:

Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, de 26/05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não; contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

Instrução Normativa ME nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito do Poder Executivo Federal;

Instrução Normativa PRES/INSS Nº 129, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021: Dispõe sobre o planejamento e gerenciamento das contratações de bens, serviços, obras,

soluções de tecnologia da informação e comunicação, diretrizes para compras compartilhadas, e para elaboração do Plano Anual de Contratações.

Lei n.º 9.472, de 16/07/97 - Lei Geral de Telecomunicações;

Resolução ANATEL n.º 321, de 27/09/2002, e alterações posteriores, que aprova o Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal;

Resolução ANATEL n.º 317, de 27/09/2002, que aprova o Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal;

Resolução ANATEL n.º 477, de 07/08/2007, e alterações posteriores, que aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal. Resolução ANATEL n.º 575, de 28/10/2011, que aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP;

Resolução ANATEL n.º 426, de 09/12/2005, que aprova o Regulamento do STFC;

Resolução ANATEL nº 460, de 19/03/2007, Regulamento Geral de Portabilidade;

Resolução nº 749, de 15 de março de 2022, Regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações e dá outras providências.

Resolução ANATEL nº 693, de 17/07/2018, Regulamento Geral de Interconexão entre operadoras: Regulamento Geral de Interconexão (RGI);

Resolução ANATEL nº 654, de 13/07/2015;

Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019, Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – RQUAL-STFC;

Lei Complementar nº 194 de 2022; e

Outros regulamentos específicos e normas aplicáveis ao serviço.

Natureza da Contratação:

O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, § único da Lei 10.520, de 17.07.2002, art. 3º, § 2º do Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e Decreto 10.024/2019). Também se enquadra nos pressupostos do Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

Mas também se enquadra como serviço de Engenharia, cujas as especificações, levantamento de quantitativos dos serviços (perfil de tráfego e uso das minutagens) e tipos e subtipos de serviços são técnicos, necessitando de análise e especificações por especialista na área de Telecomunicações (Engenheiro de Telecomunicações).

Apesar da contratação dos serviços de STFC compor itens técnicos, não demanda todas as documentações técnicas de um serviço de engenharia comum como BDI, orçamentos de infraestruturas e execuções de engenharia, bem como não demanda ART.

Na prestação dos serviços de telefonia STFC não há implementações de execuções e obras nas unidades, não ensejando em obra ou modificações estruturantes nas unidades. Há apenas uma instalação de circuito de telefonia e modem no Rack do PABX.

Portanto, a administração entende que é um **serviço comum de engenharia**, estando a parte de engenharia contemplada apenas para os dimensionamentos técnicos como especificações e levantamento de quantitativos e tipos de serviços a serem contratados.

A pretensa contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro e a interrupção dos serviços comprometerá a continuidade das atividades desenvolvidas nas Gerências Executivas e na Superintendências Regionais Sul e Sudeste II e III, pelo que o mesmo está perfeitamente enquadrado como serviço comum de natureza continuada, na forma estabelecida no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Duração Inicial do Contrato:

O prazo para execução do objeto a ser contratado será de 12(doze) meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses de acordo com artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, contados a partir da assinatura do contrato. Observado o equilíbrio econômico e a disponibilidade orçamentária de cada exercício.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

Não incidem critérios de sustentabilidade na presente licitação, conforme justificativa abaixo:

Após consulta na Instrução Normativa nº 1/2010 e 2/2014 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Lei 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Catálogo de Materiais Sustentáveis (CATMAT Sustentável) e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5 edição, revista, atualizada e ampliada, agosto/2022), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio http://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf.

Foi constatado que nenhum dos dispositivos legais / itens se aplicam realmente na prestação dos serviços de telefonia STFC, porque, não há implementações de execuções e obras nas unidades, não ensejando em obras ou modificações estruturantes nas unidades. Há apenas uma instalação de circuito de telefonia e modem no Rack do PABX de cada unidade/endereço, integrante do processo.

Ressaltamos ainda, que a pretensa contratação não contempla aquisição de bens e materiais ou serviços que envolvam descartes de resíduos como pilhas ou baterias, pois os PABX(s) e equipamentos telefônicos e eletrônicos, já foram adquiridos pela instituição, sendo estes objetos de contratos e investimentos anteriores.

Transição Contratual

Imediatamente após a assinatura do contrato, deverá ocorrer a reunião de iniciação do contrato, com a presença das partes interessadas, para esclarecer ao menos os seguintes pontos:

- a. o objeto do contrato e o modelo de execução do objeto;
- b. a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer primordialmente entre representantes da organização e o preposto da contratada;
- c. a determinação do horário de execução dos serviços de modo a se evitar transtornos no funcionamento do prédio;
- d. o modelo de gestão do contrato, que inclui a forma como serão realizadas as medições referentes às entregas parciais do objeto, bem como as condições de aceite das mesmas, assim como as formas de recebimento provisório e definitivo;
- e. as obrigações legais da CONTRATADA e suas obrigações acessórias, sanções e glosas aplicáveis;
- f. os procedimentos de faturamento e pagamento.

Independentemente da tecnologia aplicada na construção de redes de suporte ao STFC, devem ser cumpridos integralmente os requisitos técnicos e estruturais de continuidade, acesso, disponibilidade e confidencialidade, estabelecidos na regulamentação da ANATEL.

Findo o contrato, a Contratada permanecerá responsável pelos serviços por ela executados, pelo prazo definido na legislação específica. Todos os aspectos formais e práticos da rescisão do contrato (seja por decurso final do prazo, seja por denúncia de uma das partes), serão acompanhadas pelos gestores do INSS, visando garantir que todas as obrigações da contratada, notadamente aquelas que envolvam direitos trabalhistas dos seus empregados, sejam integralmente cumpridas.

Requisitos de segurança da informação

A contratada deverá observar a Política de Segurança da Informação do INSS e outros regulamentos específicos e normas aplicáveis ao serviço.

Relevância dos requisitos estipulados:

Os requisitos técnicos estabelecidos para integrarem os anexos do ETP, Edital e no futuro Termo de Referência, estão de acordo com a necessidade do INSS, e incluem ferramentas de controle adequadas à gestão e fiscalização apropriada do objeto. Não constituindo, entretanto, complexidade técnica que venha impedir a ampla participação de empresas especializadas e outorgadas pela ANATEL, disponíveis no mercado para prestarem o serviço em questão.

A Contratada deverá obedecer aos critérios mínimos de especificações de materiais e prestação dos serviços, bem como seguir rigorosamente as normas técnicas disponíveis e legislações vigentes da ANATEL. Ambos os critérios estão detalhados nos termos de referência.

7. Levantamento de Mercado

A presente demanda deverá ser atendida através da Contratação de empresa(s) concessionária(s)/autorizada(s) pela ANATEL, para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas a partir de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III, com implementação dos entroncamentos E1.

O sistema de telefonia do INSS é implementado com tecnologia de PABX Alcatel Omni PCX Enterprise (tecnologia robusta e econômica, já adquirida e implantada pela instituição). A única solução técnica possível é a contratação entroncamentos digitais E1 (TDM) para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI). Portanto, a escolha do modelo de contratação também é baseada em investimentos institucionais anteriormente feitos em PABX de alta performance.

A solução existente para a prestação desse serviço no âmbito do INSS, consiste na utilização de Entroncamentos Digitais E1 (TDM), cujas plantas da infraestrutura e faixas de numeração DDR já se encontram consolidadas com PABX instalados e em pleno funcionamento nas unidades atendidas pelo serviço. O levantamento concluiu que a solução já é praticada ao longo dos últimos anos pela administração pública Federal em órgãos que possuem PABX com grande fluxo de ligações externas no Sistema de Telefonia Fixo Comutado (STFC) e analisando o painel de preços governamentais é o mesmo modelo adotado pelos órgãos da esfera do governo.

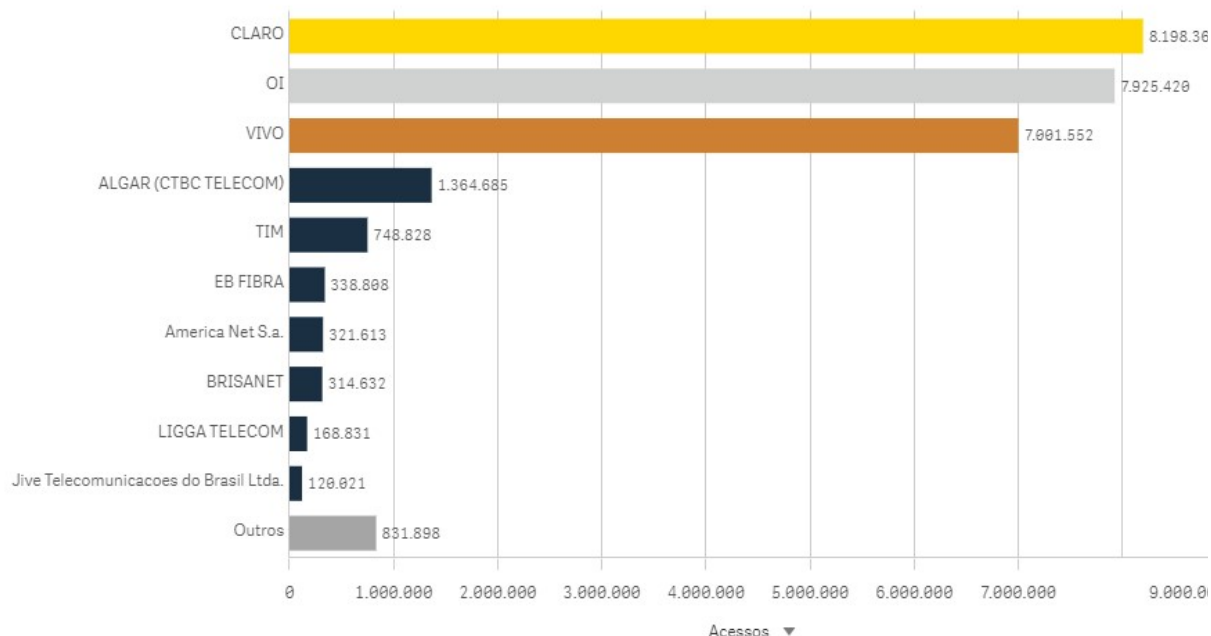
O STFC é classificado, quanto a sua abrangência, como serviço de telecomunicações de interesse coletivo, prestado em regime público e em regime privado, e objeto de, respectivamente, concessão ou permissão e autorização, conforme disposto no Plano Geral de Outorgas.

A solução existente para a prestação desse serviço no âmbito do INSS, consiste na utilização de Entroncamentos Digitais TDM, cujas plantas da infraestrutura já se encontram consolidadas nas unidades atendidas pelo serviço.

Existem no mercado várias empresas especializadas e outorgadas pela ANATEL, disponíveis para prestarem o STFC, que poderão participar do certame licitatório.

Abaixo é possível verificar as operadoras com as maiores quantidades de assinantes dos serviços de telecomunicações de telefonia fixa (STFC):

Empresas com mais acessos em Telefonia Fixa - Brasil



Fonte ANATEL site: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefonia-fixa>.

O levantamento de mercado foi feito conforme o Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, revisão mais recente, utilizando-se pesquisa de preços de mercado e Painel de Preços - CATSER que é base oficial de preços, em conformidade com o Decreto nº 7.983/2013 e Atos expedidos pela ANATEL que entram no mérito de parâmetro de valores dos serviços a serem praticados no mercado pelas empresas outorgadas.

O levantamento de quantidades e necessidades que será concretizado no “perfil de tráfego”, e será implementado, utilizando os conhecimentos da parte Técnica (telecomunicações) e de gestão dos contratos vigentes como base nas análises das faturas dos últimos anos e pagamentos feitos, a fim de consubstanciar e detalhar as quantidades dos serviços a serem contratados, os tipos de serviços (subitens) e a formação dos valores unitários e valores totais.

O Levantamento de custos e preços “perfil de tráfego”, estarão detalhados como anexos ao Termo de Referência.

8. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa(s) concessionária(s)/autorizada(s) pela ANATEL, para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas a partir entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados às Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III.

A solução existente para a prestação desse serviço no âmbito do INSS, consiste na utilização de Entroncamentos Digitais TDM, cujas plantas da infraestrutura já se encontram consolidadas com PABX instalados e em pleno funcionamento nas unidades atendidas pelo serviço.

Considerando que todo o sistema de telefonia do INSS é com tecnologia de PABX Alcatel Omni PCX Enterprise (tecnologia robusta e econômica, já adquirida e implantada pela instituição). A única possível solução técnica é a contratação entroncamentos digitais E1 (TDM) para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI). Portanto, a escolha do modelo de contratação também é baseada em investimentos institucionais anteriormente feitos em PABX de alta performance.

A pretendida solução terá a quantificação, especificação e definição das condições para contratação de empresas especializadas (concessionária(s)/autorizada(s)) pela ANATEL, para a prestação dos Serviços de Telefonia Fixo Comutado – STFC.

Os serviços de STFC serão prestados para chamadas originadas a partir Entroncamentos Digitais E1 (TDM), já instalados nas unidades consumidoras vinculadas ao INSS/SR Sul, Sudeste II e Sudeste III.

Os quantitativos e valores detalhados dos serviços, constarão nas Planilhas “Perfil de Tráfego- Preços Totais” como anexo do Termo de Referência, visando atender as necessidades de telecomunicações das Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e unidades vinculadas.

A pretensa Contratação compreenderá 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo, que integrados para efeito de licitação constituem futura contratação, conforme tabelas a seguir:

GRUPO 1		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
1	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
2	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
3	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

GRUPO 2		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
4	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
5	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
6	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

GRUPO 3		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
7	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
8	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
9	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

GRUPO 4		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM
10	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)
11	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)
		Ligações Longa Distância Nacional de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)
12	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)

Portanto, o objeto da licitação compreende 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo e possui natureza de serviço comum de engenharia e adotará como regime de **Execução Indireta no Regime de Empreitada por Preço Unitário**;

Frisa-se que a obtenção de proposta mais vantajosa baseia-se no fato de que ao se aglutinar os serviços (itens e sub itens) de mesma natureza (local, nacional e internacional) em cada GRUPO irá promover maior interesse das empresas prestadoras destes serviços em razão do volume de tráfego que comporão cada item e subitem isoladamente, já que os custos fixos da empresa vencedora de cada Grupo serão os mesmos, permitindo maior disputa pelos serviços em razão do ganho de escala, pois os custos serão diluídos pelo maior volume de tráfego de cada superintendência, o que faria o preço cair.

Destarte a equipe de planejamento optou por aglutinar os itens e subitens por Grupo para obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, considerando como o mercado funciona e dividindo os grupos conforme região e plano de outorgas da ANATEL, permitindo assim que todas as concessionárias outorgadas por região/Grupo possam participar da licitação.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos necessários para suprir as necessidades da futura contratação foram obtidos com base no histórico observado nas execuções contratuais anteriores, bem como para atender o perfil de tráfego das Centrais PABX TDM/VOIP com Entroncamentos Digitais E1, que fazem parte da infraestrutura consolidada nas unidades consumidoras

O levantamento da planta atualizada com os Entroncamentos Digitais instalados nas Centrais PABX TDM/VOIP da instituição nas Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III, constam em documento ANEXO I a este estudo “**Planta de Infraestrutura de Telefonia**”.

O levantamento de perfil de tráfego foi realizado utilizando os conhecimentos da parte Técnica (telecomunicações) e de gestão dos contratos vigentes, a fim de

consubstanciar e detalhar as quantidades dos serviços a serem contratados, a formação dos valores unitários e valores totais. O documento Planilhas de “**Perfil de tráfego**” será um anexo do termo de Referência.

Serão contratados **28 (vinte e oito)** entroncamentos digitais E1 (TDM) para a Superintendência Sul, **27 (vinte e sete)** entroncamentos digitais E1 (TDM) para a Superintendência Sudeste II e **9 (nove)** entroncamentos digitais E1 (TDM) para a Superintendência Sudeste III. Todos os entroncamentos digitais E1 (TDM) para prestação de serviços de telefonia fixa comutada local (STFC-Local), telefonia fixa comutada de longa distância nacional (STFC-LDN) e telefonia fixa comutada de longa distância internacional (STFC-LDI) constam no ANEXO I a este estudo “**Planta de Infraestrutura de Telefonia**” .

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 700.365,00

A Estimativa de Custos Totais para o primeiro ano, somando os 04 Grupos e 04 Contratos é de R\$ 700.365,00 (Setecentos mil, trezentos e sessenta e cinco reais).

Os quantitativos e valores detalhados dos serviços, constarão nas Planilhas “**Perfil de Tráfego- Preços Totais**” como anexo do Termo de Referência .

A estimativa de valores será dividida em 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo, conforme representado abaixo:

GRUPO 1				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal	Anual
1	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)		
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	R\$ 13.939,75	R\$ 167.277,00
2	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)		
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	R\$ 7.825,55	R\$ 93.906,60
3	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sul.	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)		
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	R\$ 2.612,20	R\$ 31.346,40
			Mensal	Anual
TOTAL/GLOBAL (Grupo 1)/ Contrato 1			R\$ 24.377,50	R\$ 292.530,00

GRUPO 2				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal	Anual
4	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)	R\$ 10.300,20	R\$ 123.602,40
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)		
5	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)	R\$ 5.800,95	R\$ 69.611,40
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)		
6	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-A	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)	R\$ 2.101,90	R\$ 25.222,80
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)		
TOTAL/GLOBAL (Grupo 2)/Contrato 2			Mensal	Anual
			R\$ 18.203,05	R\$ 218.436,60

GRUPO 3				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal	Anual
7	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)		
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	R\$ 680,00	R\$ 8.160,00
8	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)		
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	R\$ 691,20	R\$ 8.294,40
9	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste II-B	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)		
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	R\$ 252,00	R\$ 3.024,00
TOTAL/GLOBAL (Grupo 3)/ Contrato 3			Mensal	Anual
			R\$ 1.623,20	R\$ 19.478,40

GRUPO 4				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO SUB-ITEM	Mensal	Anual
10	Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM). Os feixes TDM E1 serão fornecidos e instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Locais de telefones fixos para telefones fixos (STFC-Local-Fixo-Fixo)		
		Ligações Locais de telefones fixos para telefones móveis (STFC-Local-Fixo-Móvel- VC1)	R\$ 9.496,40	R\$ 113.956,80
11	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional (STFC-LDN) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDN-Fixo-Fixo- Degrais de 1 a 4)		
		Ligações Longa Distância Naciona de telefones fixos para telefones Móveis (STFC-LDN-Fixo-Móvel VC2 e VC3)	R\$ 3.429,00	R\$ 41.148,00
12	Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional (STFC-LDI) para chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM) instalados nas unidades operacionais do INSS, vinculados à Superintendências Regional Sudeste III-RJ	Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones fixos (STFC-LDI-Fixo-Fixo- Qualquer País/Região)		
		Ligações Longa Distância Internacional de telefones fixos para telefones móveis (STFC-LDI-Fixo-Móvel- Qualquer País/Região)	R\$ 1.234,60	R\$ 14.815,20
TOTAL/GLOBAL (Lote 4)/ Contrato 4			Mensal	Anual
			R\$ 14.160,00	R\$ 169.920,00
TOTAL/GLOBAL			Mensal	Anual
			R\$ 58.363,75	R\$ 700.365,00

O levantamento de quantidades e necessidades que será concretizado no “perfil de tráfego”, e será implementado, utilizando os conhecimentos da parte Técnica (telecomunicações) e de gestão dos contratos vigentes como base nas análises das faturas dos últimos anos e pagamentos feitos, a fim de consubstanciar e detalhar as quantidades dos serviços a serem contratados, os tipos de serviços (subitens) e a formação dos valores unitários e valores totais.

O Levantamento de custos e preços “perfil de tráfego”, estarão detalhados como anexos ao Termo de Referência.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como define a IN 05/2017, o parcelamento da solução é a regra, devendo haver justificativa sempre que esta solução não for adotada. A justificativa passa pela resposta das seguintes perguntas:

1. É técnica e economicamente viável dividir a solução?
2. Haverá perda de escala ao parcelar? e
3. Haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

“§ 1º, da Lei 8666/1993, que determina que haverá a divisão em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. A norma insculpida no dispositivo permite à Administração ampliar o caráter competitivo do certame, por meio da divisão do objeto em itens ou grupos, possibilitando a participação de licitantes que não têm condições de atender aos requisitos da contratação em sua integralidade.”

Com vistas a ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis o mesmo normativo estabeleceu a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto.

Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala.

Os serviços a serem contratados compreendem 3 modalidades de serviços descritos a seguir:

- a) Serviço Telefônico Fixo Comutado Local (STFC-Local), para as chamadas originadas de entroncamentos digitais E1 (TDM);
- b) Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Nacional para chamadas originadas entroncamentos digitais E1; e
- c) Serviço de Telefonia Fixa Comutada de Longa Distância Internacional para chamadas originadas entroncamentos digitais E1.

Em relação aos diversos serviços (itens e subitens) a serem executados pela contratada, entendemos que estes são extremamente interdependentes, ou seja, não é possível uma empresa realizar apenas uma atividade e outra dar continuidade aos serviços anteriores. O mercado brasileiro, se dá por operadoras que possuem concessão junto a ANATEL e a tecnologia necessária para oferecê-los em “pacotes”.

Levantou-se que não teria sentido contratar serviço de telefonia Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional separadamente com operadoras distintas (trazendo entraves, inclusive, para a plena utilização e configuração dos

PABXs do INSS, bem como problemas de administração técnica do contrato no que concerne a interconexão de sistemas de telecomunicações nacional e internacional entre operadoras distintas.

Portanto, a administração do INSS decidiu realizar a contratação da proposta mais vantajosa baseando-se no fato de que ao se aglutinar os serviços (itens e sub itens) de mesma natureza (local, nacional e internacional) nos entroncamentos digitais E1 (TDM), haverá maior interesse das empresas prestadoras destes serviços em razão do volume de tráfego que comporão cada item e sub itens isoladamente.

Porém, como trata-se de regiões e estados diferentes onde estão localizadas as Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e unidades vinculadas, regiões essas onde há diferentes concessionárias de telecomunicações outorgadas pela ANATEL, a administração do INSS optou por dividir a licitação em 4 (quatro) GRUPOS com 3 (três) itens por Grupo e 6 (seis) Subitens por Grupo, que integrados para efeito de licitação constituem futura contratação.

Frisa-se que a obtenção de proposta mais vantajosa baseia-se no fato de que ao se aglutinar os serviços (itens e sub itens) de mesma natureza (local, nacional e internacional) em cada GRUPO irá promover maior interesse das empresas prestadoras destes serviços em razão do volume de tráfego que comporão cada item e subitem isoladamente, já que os custos fixos da empresa vencedora de cada Grupo serão os mesmos, permitindo maior disputa pelos serviços em razão do ganho de escala, pois os custos serão diluídos pelo maior volume de tráfego de cada superintendência, o que faria o preço cair.

Destarte a equipe de planejamento optou por aglutinar os itens e subitens por Grupo para obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, considerando como o mercado funciona e dividindo os grupos conforme região e plano de outorgas da ANATEL, permitindo assim que todas as concessionárias outorgadas por região/Grupo possam participar da licitação

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No caso específico não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

Não foram encontradas contratações correlatas que pudessem oferecer novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração para o objeto em questão.

Encontra-se em vigor na Superintendência Sudeste I-SP (Contrato 118-2021 INSS- SR Sudeste1-SP) e Superintendência Nordeste do INSS (Contrato 21-2022 INSS-SR Nordeste), contratos vigentes que possuem o mesmo objeto que se pretende contratar para as Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Faz parte do Plano Plurianual e Planejamento Estratégico do INSS, na dimensão “Gestão Eficiente de Recursos”, a busca de ambiente tecnológico integrado, seguro e de alto desempenho, estando a pretendida contratação completamente compatível com tal meta/planejamento já existente.

A contratação está inserida no rol de serviços usualmente contratados por esta instituição, o que permite concluir que os mesmos são de suma importância para o funcionamento da Autarquia, e a ausência destes poderiam implicar negativamente na execução dos serviços prestados pela instituição.

A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 2/CEGOV/INSS, de 31 de dezembro de 2019, atualizada pela Resolução N°7/CEGOV/INSS, de 10 de junho de 2020. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.



Ainda está alinhada com o Direcionador Estratégico de Otimização de Recursos previsto no Mapa Estratégico 2023 aprovado pela Resolução CEGOV/INSS nº 26 de 27/12/2022.

A contratação pretendida tem como objetivo aperfeiçoar a aplicação de recursos, que envolve as ações relativas à contratação da cesta básica de contratos, gasto eficiente,

fomento do conhecimento e melhoria de gestão, do direcionador estratégico "Gestão Eficiente de Recursos" do Plano de Ação institucional que abrange o Plano Plurianual 2020-2023.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Pretensa contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para manter permanentemente atendidas as necessidades da administração, com a finalidade de propiciar desempenho das atividades finalísticas de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir os Resultados a Administração Pública busca, de forma racional, obter melhor emprego de seus recursos visando atingir a eficiência e eficácia de suas ações.

Portanto a referida contratação trará resultados materializados que se justifica pelos motivos a seguir:

- Economia- Pela necessidade de redução de custos com o serviço, levando-se em conta a competição entre as prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado, atuantes no mercado.
- Continuidade da Missão Autárquica - Por se tratarem de serviços públicos indispensáveis para o desempenho das atividades finalísticas da autarquia federal;
- Pela necessidade de ajuste no dimensionamento do perfil de tráfego de chamadas;
- Melhoria de desempenho - Pelo ganho em produtividade e eficiência que os serviços de telecomunicações em comento podem proporcionar para o desempenho das atividades exercidas pelos gestores e funcionários da Administração. Considerando que possibilita a transmissão e recepção de voz a longas distâncias, sem necessidade da presença física entre os participantes da conversa reunião;
- Pela relação custo-benefício, haja vista o barateamento das tarifas dos serviços nos planos básicos e alternativos das prestadoras, em virtude da acirrada competição pelo cliente corporativo;
- Atualização tecnológica - Pelo ganho que a nova e vasta gama de serviços de telecomunicações podem trazer às atividades exercidas pelos gestores do INSS, porquanto proporcionam a possibilidade de tomada de decisão em tempo real, através do sistema de telefonia digital (TDM), pertencentes ao Sistema de Telefonia Fixo Comutado Brasileiro (STFC);
- Pela inquestionável redução que vem acontecendo nos preços unitários das tarifas consignadas nos planos básicos e alternativos das prestadoras, materializada através da acirrada competição entre as empresas pelo cliente corporativo, tornando o serviço atraente na visão de relação custo / benefício; e
- Pela expiração do prazo máximo de vigência dos contratos de prestação de serviço de telefonia Local, LDN e LDI nos próximos meses.

Tal contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra,

aquisição de equipamentos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

Ressalta-se que na pretensa contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios e demais ações de utilização de equipamentos que respeitem o meio ambiente.

Ademais, a presente contratação se mostra eficaz, uma vez que a Administração já está alinhada com a padronização pretendida pela Direção Central da instituição, trazendo com isso mais eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços à clientela previdenciária, bem como nos mecanismos de controle, fiscalização e gestão do contrato, objeto do presente.

15. Providências a serem Adotadas

O INSS nomeará servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Setorial e Fiscal Administrativo, nos termos da IN/SEGES/MPnº05/2017, para atuação da gestão e fiscalização contratual, além de outros atores e substitutos que julgarem necessários à perfeita execução do objeto do presente Estudo.

A gestão contratual se dará de forma centralizada nas Superintendências Regionais Sul, Sudeste II e Sudeste III e ficando a cargo das gerências executivas vinculadas a cada Superintendência a fiscalização setorial da contratação, por meio de servidores designados em portaria emitida pelas Superintendências.

Os documentos necessários e que balizam todo o processo licitatório foram e estão sendo confeccionados pelos servidores de diversos setores, cada qual com sua competência específica. Estes documentos encontram-se anexos ao processo. Quanto à necessidade de capacitação de servidores, esta não será necessária, pois o órgão possui servidores aptos a executar as atividades exigidas, visando a completa execução do objeto.

No caso específico desta contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente deste órgão para implantação dos serviços deste estudo.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Por se tratar de pequenas instalações a ser realizado no interior das edificações já construídas, entende-se não existir nenhum tipo de impacto ambiental.

Não incidem critérios de sustentabilidade na pretensa contratação, conforme exposto:

Após consulta na Instrução Normativa nº 1/2010 e 2/2014 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Lei 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Catálogo de Materiais Sustentáveis (CATMAT Sustentável) e Guia

Nacional de Contratações Sustentáveis (5 edição, revista, atualizada e ampliada, agosto/2022), disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio http://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf.

Foi constatado que nenhum dos dispositivos legais / itens se aplicam realmente na prestação dos serviços de telefonia STFC, porque, não há implementações de execuções e obras nas unidades, não ensejando em obras ou modificações estruturantes nas unidades. Há apenas uma instalação de circuito de telefonia e modem no Rack do PABX de cada unidade/endereço, integrante do processo.

Ressaltamos ainda, que a pretensa contratação não contempla aquisição de bens e materiais ou serviços que envolvam descartes de resíduos como pilhas ou baterias, pois os PABX(s) e equipamentos telefônicos e eletrônicos, já foram adquiridos pela instituição, sendo estes objetos de contratos e investimentos anteriores.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviço de engenharia, na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. Os serviços de STFC são caracterizados como contínuos pois são imprescindíveis para viabilizar as atividades institucionais e funcionamento das unidades do INSS

Ressalte-se que a forma como os serviços vêm sendo prestados atende plenamente as necessidades deste Órgão, demonstrando dessa forma, a viabilidade técnica e econômica da solução pretendida, que atualmente é a mais utilizada pelos órgãos públicos, dentre as disponíveis no mercado, mostrando-se, assim, viabilidade técnica e econômica da solução pretendida.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DIAS FIGUEIRA

Analista do Seguro Social - Engenheiro de Telecomunicações



Assinou eletronicamente em 13/03/2023 às 16:43:26.

RODRIGO DURAES DE VASCONCELLOS

Analista do Seguro Social - Engenheiro de Telecomunicações



Assinou eletronicamente em 13/03/2023 às 16:45:30.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planta de Infraestrutura de Telefonia.pdf (192.38 KB)

Anexo I - Planta de Infraestrutura de Telefonia.pdf

RESUMO DA INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA NO ÂMBITO DA SR SUL			
GERÊNCIA EXECUTIVA	CENTRAIS DE ENTRONCAMENTO E1		
	DDD/Nº CHAVE PABX	FAIXA DE RAMAIS	
		INICIAL	FINAL
APS Lages - GEX Florianópolis-SC	49-2102-2550	2551	2599
	49-2102-2700	2701	2749
GEX Florianópolis-SC	48-3298-8000	8001	8399
Superintendência Sul- Florianópolis-SC	48-3821-7100	7101	7399
GEX Blumenau - SC	47-2111-7200	7200	7499
APS Itajaí- GEX Blumenau - SC	47-2103-6361	6361	6399
	47- 2103-9430	9431	9449
GEX Chapecó - SC	49-3311-1300	1301	1499
GEX Criciúma - SC	48-2101-6400	6401	6599
GEX Joinville - SC	47-4009-6600	6601	6799
GEX Curitiba - PR	41-3616-9300	9301	9550
APS C. Lopes- GEX Curitiba - PR	41-2117-3300	3301	3350
GEX Cascavel - PR	45-4009-7200	7201	7399
APS Cascavel - GEX Cascavel - PR	45-2101-0550	2101-0551	2101-0649
GEX Londrina -PR	43-4009-3100	3100	3299
GEX Maringá - PR	44-3355-3600	3600	3699
	44-3355-1700	1701	1799
GEX Ponta Grossa- PR	42-4009-4200	4200	4399
GEX Porto Alegre- RS	51-3208-5200	3208-5200	3208-5650
APS BI- Partenon- GEX Porto Alegre- RS	51-3208-9800	9801	9899
GEX Ijuí - RS	55-3305-1200	1201	1299
	55-3305-1400	1401	1499
GEX Novo Hamburgo- RS	51-3271-1500	1501	1699
GEX Caxiasdo Sul- RS	54-3535-3100	3101	3199
	54-3535-9400	9401	9499
GEX Uruguaiana- RS	55-3401-2000	2001	2099
	55-3401-2300	2300	2399
GEX Santa Maria- RS	55-3302-3200	3200	3299
	55-3302-3400	3401	3499
GEX Canoas- RS	51-3302-6800	6801	6999
GEX Pelotas- RS	53-3321-5100	5101	5199
	53-3321-5300	5301	5399
GEX Passo Fundo- RS	54-3601-6100	6101	6199
	54-3601-6400	6401	6499
TOTAIS 28 Feixes E1			

RESUMO DA INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA NO ÂMBITO DA SR2			
GERÊNCIA EXECUTIVA	CENTRAIS DE ENTRONCAMENTO E1		
	DDD/Nº CHAVE PABX	FAIXA DE RAMAIS	
		INICIAL	FINAL
GEX em Belo Horizonte - MG	31-3249-4000	4000	5999
	31-3419-6800	6800	6899
GEX em Barbacena - MG	31-3339-3400	3400	3499
	31-3764-5050	5050	5099
	31-3899-3600	3600	3649
GEX em Contagem - MG	31-3329-3200	3200	3299
	31-3779-1600	1600	1699
	31- 3438-5650	5650	5699
GEX em Diamantina - MG	38-3532-1600	1600	1699
GEX em Divinópolis - MG	37-3690-4600	4600	4807
	35-3529-0650	0650	0699
GEX em Gov. Valadares - MG	33-3212-6900	6900	6999
	33-3267-6200	6200	6249
	33-3828-2200	2200	2220
GEX em Juiz de Fora - MG	32-3257-5100	5100	5399
	32- 3250-2700	2700	2749
GEX em Montes Claros - MG	38-3224-6200	6200	6299
GEX em Ouro Preto - MG	31-3569-1500	1500	1599
GEX em Poços de Caldas - MG	35-3729-0200	0200	0299
GEX em Teófilo Otoni - MG	33-3529-3400	3400	3499
GEX em Varginha - MG	35-3229-1400	1400	1499
	35-3829-2400	2400	2449
APS Araxá - MG (GEX em Uberaba)	34-3669-2100	2100	2149
GEX em Espírito Santo - ES	27-3321-2000	2000	2399
	28-3515-3450	3450	3499
GEX em Uberlândia - MG	34-3239-7700	7700	7799
GEX em Uberaba - MG	34-3318-4000	4000	4099
TOTAIS	27		

RESUMO DA INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA NO ÂMBITO DA SR3			
GERÊNCIA EXECUTIVA	CENTRAIS DE ENTRONCAMENTO E1		
	DDD/Nº CHAVE PABX	FAIXA DE RAMAIS	
		INICIAL	FINAL
GEX Campos dos Goytacazes	22-2737-2800	2800	2899
GEX Duque de Caxias	21-2784-5000	5000	5099
GEX Niterói	21-2707-7400	7400	7599
	21-2728-8400	8400	8449
	21-2728-1800	1800	1849
GEX Petrópolis	24-2292-9000	9000	9099
GEX Rio Centro	21-2272-3400	3400	3999
GEX Rio Norte	21-3362-3400	3400	3499
GEX Volta Redonda	24-3340-2300	2300	2399
TOTAIS	9		